

## **NOTA - Aliança Nacional LGBTI - Coordenação Tocantins**

A Aliança Nacional LGBTI - Coordenação Tocantins vem a público manifestar seu descontentamento com a falta de compromisso do Governo do Estado e da Prefeitura de Palmas em instituir os Conselhos Estadual e Municipal voltados para pessoas LGBTQIA+ e também com a falta de informações sobre políticas públicas específicas para a nossa comunidade.

Foi solicitado ao Executivo Municipal, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, informações sobre a Criação do Conselho Municipal da Diversidade Palmense e também sobre quais políticas públicas são executadas no município de Palmas direcionadas à população LGBTQIA+. Foi informado por meio de ofício à Aliança, que para a criação do Conselho Municipal da Diversidade Palmense foi instruído o processo nº 2019068612. De acordo com o documento, foram identificadas inconsistências que precisam ser corrigidas para prosseguimento do processo e que após essas correções a minuta do Projeto de Lei terá o devido prosseguimento processual.

Cabe ressaltar que no dia 19 de agosto de 2019, após análise da Sociedade Civil, NUAMAC - DPE, CAOCID - MPE e OAB-TO, foi enviado, via e-mail, a Minuta de Lei da criação do Conselho Municipal da Diversidade Palmense para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, para análise jurídica, possíveis ajustes e envio para a Câmara de Vereadores de Palmas, deixando esta comissão devidamente ciente dos passos. Causa estranhamento que após quase um ano, o processo técnico para instituição de um órgão representativo ainda não tenha sido concluído.

Sobre a questão de quais políticas públicas estão sendo desenvolvidas para a comunidade LGBTQIA+ em Palmas, o documento da SEDES traz a seguinte informação: “são implementadas de forma transversal e imperativa nesta pasta, ações e atividades nos diversos serviços e programas, que visam eliminar discriminações, combater preconceitos e edificar uma consistente cultura de paz, buscando erradicar todos os tipos de violência”.

Causa, no mínimo, estranheza que não exista nenhum projeto específico com nome, projetos e ações específicas voltadas para a comunidade LGBTQIA+ palmense. Um público crescente, que está à margem da sociedade e que em um momento de pandemia como este necessita de todo apoio do poder público.

Ao Governo do Estado foi solicitado nos meses de maio e junho, por meio da Secretaria de Cidadania e Justiça (Seciju), para a Gerência de Diversidade e Inclusão Social e para Diretoria de Direitos Humanos as seguintes informações: Quais políticas públicas são executadas no Estado do Tocantins direcionadas a população LGBTQIA+, bem como, a sua interiorização; A criação do Conselho Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da População LGBT e do Plano Estadual; e a utilização do Nome Social na esfera Estadual.

Sobre a questão da inclusão do nome social nas políticas públicas da esfera estadual, o Secretário de Cidadania e Justiça, Héber Luis Fidelis Fernandes, informou que está em tramitação o processo para regulamentação da matéria sobre o nome social e muito em breve a Assessoria Jurídica fará o encaminhamento desta demanda para a Casa Civil da Governadoria. Sobre os demais questionamentos nada foi respondido à Aliança Nacional LGBTI - Coordenação Tocantins até esta segunda-feira, dia 29 de junho.

Devido aos posicionamentos vagos, sem resposta específica sobre quando ocorrerão as instituições dos Conselhos Municipal e Estadual voltados para pessoas LGBTQIA+, percebe-se uma falta de compromisso do poder público com a nossa comunidade.

Portanto, pedimos ao Governo do Estado que venha a efetivar o Conselho Estadual LGBTQIA+; implementar o Plano Estadual de Políticas LGBTQIA+; interiorizar as políticas para pessoas LGBTQIA+; e efetivar o nome social no âmbito do Estado.

A nível municipal Palmas pedimos agilidade e clareza quanto a formação de uma Comissão de criação do Conselho Municipal LGBTQIA+; e a implementação de políticas públicas específicas para a comunidade LGBTQIA+ (inclusive nos colocamos à disposição para apresentar idéias neste sentido).

Com a criação dos Conselhos Estadual e Municipal poderemos conseguir de fato efetivas políticas públicas para a nossa comunidade LGBTQIA+.